

32+32=64. O jornal Notícias Populares e o uso político da “Revolução de 1932” no contexto do golpe de 1964

Larissa Raele CESTARI¹

Resumo: Este artigo analisa a apropriação que a elite liberal paulista, capitaneada por Herbert Levy, fez do movimento de 1932, na conjuntura do governo Goulart, e sua veiculação para as classes populares por meio do jornal *Notícias Populares*. Ao difundir uma leitura sobre 32 por meio desse jornal, as elites liberais paulistas buscaram conquistar o apoio das classes populares para as mobilizações contra o governo que acabaram tendo como desfecho o golpe de estado, em 31 de março de 1964.

Palavras-chave: Herbert Levy; golpe de 1964; “revolução constitucionalista de 1932”; jornal *Notícias Populares*

32+32=64. El periódico Noticias Populares y el uso político de la “revolución de 1932” en el contexto del golpe de Estado de 1964

Resumen: En este artículo se analiza la apropiación que la élite liberal paulista, dirigida por Herbert Levy, hizo de la revolución de 1932, en la coyuntura del gobierno de Goulart, y hacer llegar a las clases populares a través del periódico Noticias Populares. Para transmitir una lectura de 32 por este diario, las elites liberales buscaban ganar el apoyo popular para las movilizaciones contra el gobierno que terminaron con el golpe de Estado, el 31 de marzo de 1964.

Palabras clave: Herbert Levy; golpe de 1964; “revolución de 1932”; periódico *Noticias Populares*

1 Mestre em História. Autora da dissertação “A Conquista do povo: *Notícias Populares* e a oposição ao governo João Goulart”, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2013. A pesquisa contou com financiamento da FAPERJ. Email: larissacestari@oi.com.br

Ao longo do governo de João Goulart (1961-1964), atores políticos de diversos matizes enxergaram na imprensa um meio privilegiado para travar uma verdadeira batalha de propaganda/contrapropaganda em torno de determinados projetos. Entre os periódicos da época que participaram dos embates estava o jornal *Notícias Populares*, veículo de um setor da elite liberal paulista, capitaneada por Herbert Levy, proeminente empresário, e, à época, presidente nacional da União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição.

No combate ao governo João Goulart, *Notícias Populares* procurou difundir e socializar uma cultura política liberal entre as classes populares². Como parte da grade de leitura oferecida pelo jornal estava uma visão do passado, sobre a “revolução constitucionalista de 1932”, que foi utilizada como exemplo a ser seguido na defesa das instituições democráticas supostamente ameaçadas por João Goulart e pelos grupos de esquerda. Na conjuntura política do início dos anos de 1960, o medo da implantação de uma ditadura por João Goulart, que poderia levar à comunização do país, arregimentou os setores liberais paulistas que fizeram da luta contra o herdeiro político de Vargas um 32 redivivo.

O objetivo deste artigo é analisar a apropriação que o discurso liberal fez do movimento de 1932, na conjuntura do governo Goulart, e sua veiculação para as classes populares por meio do jornal *Notícias Populares*. Minha hipótese é a de que ao difundir uma leitura sobre 32 por meio desse jornal, as elites liberais paulistas capitaneadas por Herbert Levy buscaram conquistar o apoio das classes populares para as mobilizações contra o governo e as esquerdas que acabaram tendo como desfecho o golpe de estado que derrubou João Goulart do poder, em 31 de março de 1964.

Vale destacar que analisar a imprensa como fonte e objeto da pesquisa histórica implica cuidados metodológicos para não repetir a história narrada pelo jornal. Segundo Tânia de Luca, os discursos jornalísticos adquirem significados de muitas formas, por isso é necessário que o historiador esteja atento para diversos aspectos, tais como: o público a que visa atingir, os objetivos propostos, a ênfase dada para certos temas, a linguagem utilizada, o vocabulário escolhido (LUCA, 2008:138). Na mesma abordagem, Maria Helena Capelato chama a atenção para o fato de que, na construção da notícia, interferem não apenas elementos subjetivos de quem a produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado, fazendo emergir a figura do seu proprietário.

2 Sobre a noção de Cultura Política, ver BERSTEIN (1998).

O historiador tem como tarefa desvendar esses interesses e perceber a sua intervenção na constituição da notícia (CAPELATO, 1988:21). Essas orientações metodológicas foram incorporadas na análise que fiz do discurso do *Notícias Populares*.

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira, retomo a trajetória política de Herbert Levy para melhor entender as suas posições no governo Goulart, o papel que conferiu às classes populares e ao jornal *Notícias Populares*, bem como a importância de um discurso sobre o movimento de 1932 naquela conjuntura. Na segunda, trato da criação do *Notícias Populares*, em 1963. Na terceira, mostro o discurso veiculado pelo jornal sobre “revolução de 1932” no contexto do governo Goulart.

Herbert Levy e a elite liberal paulista

Alinhado politicamente à elite liberal paulista, Herbert Levy iniciou sua vida pública nas fileiras do Partido Democrático (PD)³, no final dos anos de 1920, ao lado de nomes como Armando de Salles Oliveira, principal articulador dos liberais paulistas, e Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*. Partidário da Aliança Liberal, o PD apoiou o movimento revolucionário que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930. No entanto, o apoio a Vargas durou pouco, já que seu governo marginalizou as forças paulistas. A perda progressiva do controle do poder estadual paulista, com a nomeação de interventores estranhos aos quadros políticos do Estado, era tida como humilhação e invasão de São Paulo. Além disso, o governo instaurado em 1930 negava o federalismo e os princípios do liberalismo clássico, pontos centrais defendidos pelo grupo de Levy.

O rompimento definitivo com o governo federal veio com o movimento armado denominado “Revolução Constitucionalista de 1932”, deflagrado em 9 de julho de 1932, que uniu a elite política do Estado, especialmente o PD, ao seu antigo inimigo, o Partido Republicano Paulista (PRP), na luta pela “defesa de São Paulo”. Contou também com o apoio de setores da sociedade civil como estudantes, intelectuais, industriais, segmentos das classes médias e mesmo das classes populares. Acusando Vargas de ditador, o movimento pretendia recuperar a autonomia estadual paulista mediante a exigência da reconstitucionalização do país, suspensa desde a revolução de 1930 (MOTA; SANTOS, 2010). No limite, preten-

3 O manifesto programa do PD defendia os princípios liberais consolidados na defesa da Constituição e no voto secreto para pôr fim aos desmandos governistas do Partido Republicano Paulista. Sobre o PD, ver Prado (1986).

dia-se derrubar Vargas do poder. Na patente de capitão, Herbert Levy comandou a coluna Ramão Gomes, em Campinas, a última a render-se na batalha. Para o núcleo liberal paulista, a memória de 1932 se tornaria um dos elementos mais importantes de sua cultura política e seria, ao longo dos anos, mobilizada na luta contra Vargas e seus herdeiros políticos, como João Goulart.

O antigetulismo desse grupo se intensificou a partir do Estado Novo (1937-1945) e ganhou forma partidária com a criação da UDN, em 1945, partido que projetou Levy como uma importante liderança política nacional. Foi deputado federal por São Paulo entre 1947 e 1965, e presidente nacional do partido entre 1961 e 1963. Com a volta de Vargas ao poder, em 1950, Levy passaria a integrar a ala udenista conhecida como “Banda de Música”, liderada por Carlos Lacerda e caracterizada pela oposição intransigente ao modelo nacionalista então adotado, em termos de intervenção do Estado na economia e de controle do capital estrangeiro, bem como a política de ampliação da legislação trabalhista e de maior participação dos trabalhadores na cena política.

Vale destacar que a UDN surgiu como uma frente de oposição à ditadura estadonovista e congregava tendências políticas e raízes históricas variadas. No entanto, o que conferia união a esse partido era a identidade formada principalmente pelo antigetulismo e pela defesa do liberalismo clássico. Segundo Benevides, a herança liberal udenista proveio, em grande parte, do grupo paulista do qual Levy era um dos maiores representantes. Era marcada tanto pela restrição à intervenção do Estado na economia, quanto por um liberalismo elitista baseado na tese da presciência das elites, cujo dever seria educar e guiar politicamente o povo, na medida em que estabelecia reservas quanto à extensão da participação política popular (BENEVIDES, 1981:241-258).

A defesa desse “liberalismo elitista” resultou em uma prática política que marcou a oposição feita pelo grupo de Levy ao segundo governo Vargas (1951-54), especialmente no que toca às relações que o presidente estabeleceu com as classes trabalhadoras. Essa oposição ficou clara com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho em 1953, com o objetivo de construir uma base de apoio operária que respaldasse politicamente o presidente e aproximasse o PTB do movimento sindical. Vale destacar que, na história do getulismo, do PTB e do próprio Goulart, esse momento daria início ao processo de transmissão do carisma de Vargas, com o próprio Getúlio escolhendo Goulart como seu maior herdeiro político (GOMES, 2010:35).

As atitudes de Goulart no Ministério do Trabalho levaram a oposição liberal a denunciá-lo como um político subversivo e manipulador da classe trabalhadora. As relações de proximidade entre o Estado e o movimento sindical foram interpretadas como uma ameaça às instituições democráticas. Goulart foi acusado de, ao lado de Getúlio Vargas, manobrar os sindicatos com o objetivo de estabelecer, no país, uma “República sindicalista” ao estilo de Perón na Argentina. Esse foi um dos principais argumentos utilizados pelo grupo de Levy para traçar o perfil de Goulart como um “ditador caudilho”, denúncia que o perseguiu ao longo de toda a sua trajetória política e que seria um dos fatores responsáveis por gerar uma poderosa mobilização contra o seu governo. Para Goulart, especialmente por suas relações com as classes trabalhadoras, foi transferida toda a rejeição devotada a Vargas.

As relações entre Goulart e as classes populares, foco da oposição do grupo de Levy desde os anos de 1950, seriam reforçadas pelos episódios que se sucederam à renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em agosto de 1961. Os ministros militares tentaram impedir a posse de João Goulart, então vice-presidente da República, acusando-o de fomentar agitações nos meios sindicais e entregar postos-chave a agentes do comunismo internacional. No entanto, o golpe não prosperou. Foi contido por um amplo movimento de resistência que contou com forte participação popular, fator fundamental para o acirramento do embate político.

Nesse processo, teve destaque o movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, um dos próceres do PTB. Brizola organizou uma cadeia nacional de comunicações, a Rede da Legalidade, e por ela conclamou a população do país a resistir ao golpe, projetando-se como importante liderança política no campo das esquerdas e capturando a bandeira da legalidade para esse campo. Em todas as partes do país surgiram manifestações de apoio popular à posse de Goulart, sobretudo por meio de greves de trabalhadores.

A implantação do regime parlamentarista veio como a solução de compromisso. Surgiu quando o PSD, o PTB e a UDN formaram uma ampla coalizão parlamentar na defesa da posse de Goulart e que contou com o apoio de setores militares legalistas. O momento era de defesa da legalidade constitucional dentro e fora do Congresso Nacional.

Assim, em setembro de 1961, Goulart assumia a Presidência da República, com poderes limitados, mas sob forte respaldo popular. Assumia ainda comprometido com um programa nacionalista e reformista, que

incluía desde a reforma agrária até o controle do capital estrangeiro no país, as chamadas reformas de base, bandeira do trabalhismo e dos diversos grupos de esquerda desde os anos de 1950.

Vale destacar que, naquele momento, a etiqueta “esquerda” era atribuída a organizações, partidos, movimentos, frentes e grupos sociais que apoiavam as reformas de base. As ideias e estratégias das esquerdas nem sempre coincidiam, já que se tratavam de organizações bastante heterogêneas. Entre elas, destacamos: a ala mais radical do PTB, liderada por Brizola, que formava o grupo autodenominado “nacional-revolucionários”; o Partido Comunista Brasileiro (PCB); as Ligas Camponesas; o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); organizações de subalternos das forças armadas; a União Nacional dos Estudantes (UNE) (FERREIRA, 2004). Ao longo do governo Goulart, esses grupos formaram o que Argentina Figueiredo denominou de “coalizão radical pró-reformas”, que adotou, gradativamente, estratégias de ação direta, por meio de mobilizações populares nas ruas, a fim de forçar o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base (FIGUEIREDO, 1993).

No que toca especificamente a Levy, importa destacar a sua percepção sobre o campo político aberto com a posse de João Goulart, já que foi a partir dessa percepção que ele traçou suas estratégias de luta, entre elas a criação do jornal *Notícias Populares*.

Os episódios de 1961 funcionaram como uma espécie de pedagogia política para o grupo de Levy, em função da forte mobilização e do apoio popular dado a João Goulart, bem como da ampla articulação dos grupos de esquerda capitaneados por Brizola. As classes populares foram percebidas como o principal suporte político para as ações de João Goulart. A partir daquele momento, prevaleceu a ideia de que intervenções no processo político brasileiro só poderiam ser realizadas se contassem com o apoio dessas classes ou, alternativamente, com a sua neutralização⁴.

Além disso, havia o perigo representado por uma possível adesão das classes populares aos projetos de esquerda, situação agravada pelo quadro internacional de Guerra Fria. Nesse contexto, as esquerdas brasileiras de diversos matizes foram rotuladas de comunistas, pois, mesmo a esquerda não-revolucionária era considerada perigosa por abrir caminho para a progressão do comunismo. Por exemplo, a vitória da reforma agrária poderia abrir caminho para outras propostas mais radicais, como

4 A ideia de que os episódios de 1961 serviram de pedagogia para o grupo de Levy é desenvolvida em minha dissertação de mestrado. Ver CESTARI (2013)

a expropriação urbana ou das indústrias. No contexto dos anos de 1960, o anticomunismo congregaria o antigitulismo e se tornaria a principal bandeira de luta do grupo de Levy contra João Goulart.

Outra lição que parece ter sido tirada dos episódios de 1961 foi a de que setores da elite do país deveriam se articular e reforçar sua unidade. No início dos anos de 1960, Herbert Levy era dono de um conglomerado econômico que envolvia atividades do capital financeiro, agrícola e comercial. Suas atividades econômicas não se dissociavam das atividades políticas. Dessa forma, ao lado de integrantes do núcleo liberal paulista como Herman Moraes de Barros, dono do Banco Sul Americano, e Júlio de Mesquita Filho, Levy começou a participar de uma série de reuniões entre empresários paulistas e cariocas, cujo objetivo era estimular uma reação ao que foi percebido como uma tendência esquerdista na vida política do país. Essa articulação ganhou forma com a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), em novembro de 1961, que congregava empresários, políticos e militares na defesa de um projeto que exaltasse a livre iniciativa e a associação com o capital estrangeiro. Por meio de atividades de propaganda variada, o Ipes empreendeu uma ampla campanha para desestabilizar o governo Goulart. Desempenhou também um importante papel no processo que levou ao golpe em 1964 (DREIFUSS, 1987).

No entanto, apesar da oposição histórica ao herdeiro político de Vargas, até o início de 1962, Levy tentou atrair Goulart para o campo das forças políticas denominadas por ele “democráticas”. O recado era claro: Goulart teria apoio desde que se adequasse aos limites impostos pelo parlamentarismo e afastasse a esquerda do círculo de poder. Isso mostra como o investimento em um golpe contra João Goulart não era a sua única opção. Como diz Fico, “[...] enfraquecer o governo, bloquear quaisquer eventuais pretensões continuístas do presidente e torná-lo um eleitor fraco na campanha presidencial de 1965 eram alternativas admissíveis para personagens que, depois, optariam definitivamente pelo golpe” (FICO, 2004:76). Por isso o forte investimento que Levy fez nas eleições de outubro de 1962 e na candidatura de Carlos Lacerda às eleições presidenciais previstas para 1965.

A opção por apoiar um golpe de Estado veio somente no início de 1963, com o retorno do regime presidencialista, após campanha, que contou com forte apoio popular, pela antecipação do plebiscito. O episódio foi visto como uma manobra de Goulart para permanecer no poder. As denúncias das intenções golpistas de

presidente e do perigo da comunização do país assumiram o primeiro plano da oposição dos liberais paulistas. Na leitura do grupo de Levy, Goulart tinha um projeto continuísta e, para isso, buscava alianças espúrias com os comunistas e a esquerda em geral colocando o país sob o risco da comunização.

A aliança com os setores militares para derrubar Goulart foi colocada por elementos do grupo de Levy. Era vista com o uma forma de barrar o crescimento das esquerdas e de João Goulart, bem como o processo de politização à esquerda das classes populares, já que o principal recurso institucional para frear as ações do governo, o parlamentarismo, havia sido sepultado. Com esse objetivo, foi realizada uma reunião na casa de Júlio de Mesquita Filho, em junho de 1963. A tarefa de Levy seria a articulação com os militares do II Exército. Ele deveria convencê-los de que a ruptura institucional seria um ato legítimo, para salvar a democracia contra as intenções golpistas do presidente (LEVY, 1990:158; DREIFUSS, 1980: 387-388; SILVA, 1975: 249-252).

No entanto, no início de 1963, os setores golpistas ainda eram minoritários e fragmentados. A conspiração contra Goulart não era unificada, mas múltipla e descentralizada. Existiam diferentes grupos, enunciando diferentes propostas. Além disso, até o final de 1963, os setores golpistas não tinham bases políticas, militares e sociais sólidas; era necessário construí-las a fim de não repetir a derrota de 1961.

Ao mesmo tempo, o resultado do plebiscito era atribuído, em parte, às mobilizações populares favoráveis a Goulart, o que reforçava a necessidade de ampliar a base de apoio popular aos setores oposicionistas. Por isso mesmo, o projeto de criação do jornal *Notícias Populares*, oferecido pelo jornalista romeno Jean Mellé, no início de 1963, seria muito bem recebido por Herbert Levy.

A criação do jornal Notícias Populares

A ideia da criação do *Notícias Populares* partiu do jornalista romeno anticomunista, Jean Mellé. Depois de dez anos nos campos de concentração da Sibéria, Mellé foi libertado em 1958, chegando ao Brasil no ano seguinte, quando foi contratado por Samuel Wainer para trabalhar como colunista internacional do jornal *Última Hora*. No entanto, no início do ano de 1963, assustado com o “perigo comunista” que acreditava assolar o país, deixou a redação do *Última Hora*, que, na sua visão, caminhava cada vez mais à esquerda, e levou o projeto de criação de um jornal popular anticomunista para Herbert Levy. (CAMPOS Jr, et al., 2002).

A proposta foi ao encontro dos interesses de Levy que viu em *Notícias Populares* um meio de impedir que as classes populares dessem seu apoio ao governo Goulart. Levy tornou-se proprietário do jornal e Jean Mellé o editor chefe. Criado em abril de 1963, a primeira edição do *Notícias Populares* sairia em 15 de outubro desse ano⁵.

Segundo Gisela Goldenstein, *Notícias Populares* foi criado para roubar o público do *Última Hora* e, assim, impedir que o seu discurso chegasse às classes trabalhadoras. Segundo a autora, o grupo de Herbert Levy não buscava o apoio popular às mobilizações contra João Goulart, mas sim a sua despolitização, já que o apoio buscado era o das classes médias. Por isso, o projeto de criação do jornal definia que o noticiário político deveria ser mínimo, pois seus criadores acreditavam que se as classes populares liam *Última Hora*, o faziam não pelo seu conteúdo político, mas pelo entretenimento e pelas notícias sensacionalistas desse jornal. O perigo estava em que, em meio à fórmula “sexo, crime, esportes”, *Última Hora* divulgava mensagens de apoio ao governo Goulart, recebidas passivamente pelas classes populares. Em seu projeto inicial, *Notícias Populares* deveria se assemelhar ao *Última Hora*, mas sem a parte política, ou seja, aproveitando apenas as técnicas de sedução do público utilizadas por esse jornal. Essa postura dos criadores de *Notícias Populares* expressaria, segundo Goldenstein, uma visão sobre as classes populares próxima à ideia de que “o povo não pensa e nem tem interesse nisso” (GOLDENSTEIN, 1987:77-87).

No entanto, essa intenção original não se concretizou, pois ao analisar o discurso do *Notícias Populares*, percebi que o jornal, em meio ao sensacionalismo, investiu no noticiário político formulando um discurso alternativo ao de *Última Hora*, sinal de que a participação política dos trabalhadores no cenário brasileiro tinha sido percebida como um ponto de não-retorno. As lições de 1961 e 1963 não tinham sido esquecidas.

Assim, para que uma possível intervenção contra João Goulart obtivesse sucesso, deveria ser aceita também pelas classes populares o que implicava uma ampla divulgação dos elementos da cultura política liberal que, como diz Bernstein, uma vez interiorizada pelos indivíduos acaba orientando sua ação política (BERNSTEIN, 1998:361). O projeto liberal difundido por meio do *Notícias Populares* centrava-se na defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, consideradas o baluarte das liberdades individuais e da democracia, em oposição ao

projeto nacionalista e reformista do governo. Esse projeto foi apresentado para os leitores de *Notícias Populares* por meio de imagens, representações, símbolos e, o que nos interessa diretamente, uma leitura do passado. Com isso, os liberais representados por Herbert Levy esperavam conseguir apoio das classes populares para os movimentos de oposição ao governo Goulart e às esquerdas.

“32 +32=64.” A memória de 1932 e o golpe de 1964

Um dos papéis de *Notícias Populares* seria, portanto, criar um clima favorável para que uma possível deposição do presidente da República fosse apoiada por seus leitores. Assim, como parte da grade de leitura oferecida pelo jornal estava uma visão do passado, sobre a “revolução constitucionalista de 1932”, que foi utilizada como exemplo a ser seguido na “defesa das instituições democráticas” contra João Goulart.

Como analisa Bernstein, as leituras do passado, que integram a cultura política de um grupo, são mobilizadas nas lutas do presente. O passado é instrumentalizado de modo a fornecer uma provisão de dados-chave, fatos simbólicos, personagens e períodos que se revestem de caráter exemplar e mobilizam os membros de determinada cultura política que tentam impor a sua concepção de mundo social, seus valores e o seu domínio político. Lido em função dos acontecimentos e aspirações concretas do presente, o passado se presta também à projeção de um futuro comum, na medida em que serve de modelo a ser seguido ou rejeitado (BERNSTEIN, 2009:34).

Dessa forma, um dos temas mais candentes do jornal *Notícias Populares* foi a ideia de que Goulart pretendia permanecer no poder tal como fizera seu mestre, Getúlio Vargas, nos anos de 1930. Entretanto, para concretizar seu golpe continuísta, o presidente precisaria vencer a principal barreira que se opunha aos seus intentos: o Estado de São Paulo, bastião da democracia liberal e da normalidade constitucional.

Essa ideia ganhou força após a tentativa, frustrada, de decretação do estado de sítio pelo presidente da República, em outubro de 1963. Um dos objetivos dos ministros militares de Goulart era intervir em São Paulo para prender o governador Ademar de Barros que, naquele momento, conspirava e desafiava publicamente o governo, como fazia Carlos Lacerda na Guanabara⁶.

O pedido de estado de sítio se deu após Carlos Lacerda, então governador da Guanabara e conspirador contra o governo desde 1961, conceder uma entrevista ao jornal Los Angeles Times em que denunciava a infiltração comunista no governo Goulart e pedia a intervenção norte-americana no processo político brasileiro. A entrevista teve repercussão imediata entre os ministros militares que pressionava-

⁵ Sobre a criação e a linha editorial do jornal *Notícias Populares*, ver CESTARI (2013: cap.2)

O episódio forneceu munição aos setores representados por Herbert Levy, que passaram a atacar o governo por meio do que, tomando de empréstimo expressão cunhada por Marly Motta, chamamos de uma “estratégia da ameaça”⁷ e que contou, como incentivo, com uma leitura do passado, do movimento de 1932.

A “estratégia da ameaça” foi amplamente difundida por *Notícias Populares* e estava baseada na ideia de que São Paulo, tal como nos anos de 1930, corria o perigo de perda da sua autonomia com uma intervenção do governo federal. Aliado às esquerdas, Goulart pretendia subverter a ordem democrática por meio da implantação de uma ditadura que poderia levar o país ao comunismo. O fato de João Goulart ser herdeiro político de Vargas facilitava a associação com os episódios que levaram ao movimento de 1932. Dessa forma, assumindo posições defensivas, baseados na ideia de que São Paulo estava novamente ameaçado, dessa vez pelo herdeiro de Vargas, os liberais paulistas passavam para a ofensiva contra o governo, justificando-a com a ideia de que São Paulo era o único estado, no conjunto da nação, capaz de defender a democracia e a normalidade constitucional. Por isso o governo federal tinha planos de intervir nesse estado.

Em 31 de novembro de 1963, o jornal *Notícias Populares* publicava um discurso proferido por Herbert Levy no Congresso Nacional, sob o título “*Levy adverte aos intervencionistas: São Paulo pegará em armas*”:

[...]Esclareceu o parlamentar udenista que **‘qualquer tentativa de intervenção em São Paulo encontrará o estado de armas na mão. Repetiremos 32 [...] o 32 voltado para a defesa da constituição e da legalidade. É o 32 com o qual São Paulo se erguerá unido na defesa das instituições democráticas’**[...] Herbert Levy [...] demonstrou sem deixar dúvidas que se articula uma conspiração contra o estado que hoje é um das barreiras que se erguem na defesa do país, ameaçado pelos propósitos revolucionários pelo próprio governo da União.” [grifos meus] (*Notícias Populares*, 31 nov. 1963)

ram Goulart a pedir a decretação do estado de sítio a fim de frear as conspirações contra o seu governo.

7 Ao estudar as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda (1960-65), Marly Motta mostra como Lacerda utilizou-se da ameaça de intervenção do governo federal na Guanabara como estratégia política acionada na disputa pelo governo estadual, em 1960, na oposição ao governo João Goulart e, finalmente, na campanha para as eleições previstas para 1965. Ver MOTTA (2001).

Vale destacar que, desde o término da guerra civil entre o Estado de São Paulo e o governo federal presidido por Getúlio Vargas, em 1932, a “revolução constitucionalista de 32”, como foi chamada pela memória liberal, que se tornou dominante, foi convertida, pelos liberais paulistas, em um momento símbolo da luta da democracia contra a ditadura, reforçando uma suposta identidade regional paulista definida pelo “sentimento de excepcionalidade e liderança perante outros estados da federação” (MOTA, A.; SANTOS, 2010:7). No entanto, como mostram Santos e Mota, a intenção de reconstitucionalizar o Brasil, tema que prevaleceu na memória sobre o episódio de 32, não era um fim em si, mas um meio para reconquistar a autonomia política defendida pela elite política paulista e perdida com a centralização implantada por Vargas. Segundo os autores:

“A causa constitucionalista dava guarida tanto aos que pretendiam restaurar a radicalidade do federalismo que marcou as primeiras décadas da República como também daqueles que vislumbravam a possibilidade de instaurar uma nova ordem liberal e democrática no país, em substituição do regime oligárquico”. (Mota, A.; Santos, 2010:17)

No entanto, como toda memória guarda apenas parcialmente correspondência com o real, sendo mobilizada e resignificada em função das lutas do presente, a memória de 32 mobilizada pelos liberais paulistas na conjuntura do governo Goulart foi apresentada como uma luta, defendida por todas as classes sociais de São Paulo, em nome da nação, pela restauração da democracia e do constitucionalismo. Dessa forma, essa versão do passado apagava tanto o fato de que, durante o conflito de 1932, a identidade paulista tenha se definido pelo estabelecimento de uma clara alteridade em relação aos brasileiros presente, por exemplo, nos projetos separatistas que figuraram entre alguns grupos envolvidos no conflito, como também de que 32 foi, no início, um movimento articulado pelas elites políticas e que só com o desenrolar dos fatos e por meio de uma forte campanha de persuasão popular abrangeu camadas mais amplas da população (MOTA, A.; SANTOS, 2010:17). No entanto, a atuação das elites políticas paulistas foi, pela memória liberal, retratada como resultado da defesa dos interesses populares.

No início de 1964, em resposta à radicalização das esquerdas que assumiam a ofensiva política e pres-

sionavam para a aprovação das reformas de base, os liberais paulistas capitaneados por Herbert Levy passaram a usar, como lema da sua arregimentação contra o governo Goulart, a ideia de que 1964 era, até numericamente, o desdobramento de 1932 (Silva, 1975:247). Nesse momento, o grupo de Herbert Levy, estreitando contatos entre a cúpula da UDN e os militares, preparava-se para a possibilidade de um golpe de Estado contra João Goulart, que seria desencadeado com a justificativa de defesa das instituições democráticas contra o perigo comunista e as pretensões continuístas de João Goulart; daí o farto uso político do passado por meio da memória sobre 1932.

Para dar ressonância popular a essa estratégia, o jornal *Notícias Populares* pautou seu noticiário político pela ideia de excepcionalidade de São Paulo, considerado “sentinela da democracia”. No dia 18 de janeiro de 1964, publicava o discurso do deputado da UDN, Bilac Pinto, em que ele afirmava que “São Paulo é o estado melhor preparado para enfrentar as forças antidemocráticas.” Logo abaixo da reprodução do discurso do presidente da UDN, publicava o manifesto da Câmara Municipal de São Paulo que afirmava: “[...] a herança cívica legada pelos heróicos revolucionários constitucionalistas de 32 traduz-se hoje na firme disposição de manter São Paulo unido para a salvação do Brasil” (*Notícias Populares*, 18 jan. 1964:4). A tarefa do jornal era vender essa ideia aos seus leitores e, dessa forma, convencê-los da necessidade de apoiar as ações contra Goulart.

Mas foi a partir da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por setores da elite paulista, em resposta ao comício de 13 de março de 1964, organizado pelas esquerdas, que, na leitura dos liberais paulistas, um novo 32 estaria se iniciando. Ao bradar pela defesa da intocabilidade do Congresso Nacional e da Constituição da República, a Marcha da Família ocorria em São Paulo, em 19 de março de 1964, como uma frente anticomunista e anti-Goulart, utilizando-se de diversos símbolos de 32 como hino, capacetes, etc., além de mitos como o do bandeirante paulista. Os laços entre a marcha e a “tradição democrática” e antigetulista de São Paulo foram acionados para mostrar que repulsa à “ditadura caudilhista” e ao comunismo estavam enraizadas na tradição paulista. Não foi por coincidência que na primeira fileira marcharam os voluntários paulistas de 1932, entre eles Herbert Levy.

Notícias Populares deu grande destaque à Marcha ao publicar grandes manchetes, fotografias e discursos dos líderes udenistas, especialmente de Herbert Levy. Títulos como “Mobilização antigolpista: marcha com Deus é hoje”, “Povo mobilizado contra o golpe”, “São

Paulo de pé defende a democracia” foram recorrentes no jornal e buscavam o engajamento dos seus leitores ao evento. O apoio popular era fundamental nesse momento, pois daria legitimidade ao golpe que se preparava contra Goulart. Na edição do dia 20 de março de 1964, noticiava:

“São Paulo veio às ruas para defender a democracia [...] para proclamar a intocabilidade do Congresso Nacional e da constituição da república [...] eram estudantes, operários, donas de casa, religiosos, **gente de todas as classes** [...] falou o deputado Herbert Levy: ‘a vinda do povo em massa à praça da Sé neste momento histórico, significa que o **povo brasileiro não quer a ditadura, o povo não quer o comunismo** [...] **São Paulo inteiro em praça pública revivendo o espírito de 32.** Os lenços brancos lembram a defesa da constituição feita com nosso sangue. **E se São Paulo precisar, nós todos, iremos, velhos, moços e até meninos para a trincheira de 32 defender a Constituição e a liberdade.**[...]. Após as palavras de Herbert Levy, a banda da guarda civil executava **a marcha Paris Belfort, o hino da revolução constitucionalista de 1932** [...] vários capacetes da revolução eram notados em meio à passeata, eram os ex-combatentes tomando parte da marcha [...]” [grifos meus]

Na última página, voltava a noticiar:

“São Paulo reviveu ontem as suas grandes e memoráveis jornadas cívicas, aquelas mesmas jornadas que fizeram tremular, ao lado do pavilhão nacional, **sua invita bandeira das treze listas.** O mesmo espírito indômito que norteou os passos dos bandeirantes de antanho, que conduziu os rumos das gentes de 1932, animou ontem o povo de São Paulo na grande passeata [...]” [grifos meus]

Tal como a memória oficial estabelecida sobre 1932, a Marcha, apesar de ter sido um fenômeno predominantemente de elite e classe média, foi retratada por *Notícias Populares*, como uma manifestação de todas as classes sociais de São Paulo, a fim de conferir legitimidade de popular ao movimento.

Outro símbolo apropriado da memória de 32 e difundido pelo jornal foi a ideia de que São Paulo era defensor de uma causa nunca vencida: a da legalidade e defesa da constituição. Essa ideia da “São Paulo invicta” remetia à memória elaborada sobre 1932 que defendia que o movimento, apesar de derrotado nas trincheiras, havia triunfado moralmente, pois conseguira a convocação da Assembleia Constituinte de 1934. Dessa forma, a Marcha de 1964 era encarada como o prelúdio de 32, ideia sintetizada nos cartazes publicados no jornal que estampavam: “32+32=64”.

Mas, se a Marcha da Família foi considerada o despertar de um novo espírito de 32, o golpe que derubou João Goulart, em abril de 64, foi interpretado como a sua concretização, era o 32 redivivo. Por meio do *Notícias Populares*, o grupo de Levy apresentou e justificou o golpe, para as classes populares, como a solução para a defesa da ordem liberal democrática que, no seu discurso, estava ameaçada por Goulart, representando o caudilhismo redivivo, e pela esquerda, interessada na comunização do país. No dia 10 de abril de 1964, *Notícias Populares* por meio de uma pedagogia que associava 1932 a 1964 e mobilizava heróis, eventos e símbolos, publicava com grande destaque:

“Nunca foi tão atual e tão presente como agora recordar e reviver a epopéia da revolução constitucionalista de 1932, movimento armado que levantou todo um estado da federação contra uma ditadura que negava uma constituição à Nação. Nestes conturbados dias de crise político-militar, quando se erguem todas as forças vivas da nacionalidade para defender a democracia e as nossas tradições de país livre, os idos de 32 afloram mais vivos e mais emocionantes, marcados pelos episódios de heroísmo, de renúncia e de sacrifício sem par na história paulista [...]” [grifos meus] (*Notícias Populares*, 10 abr.1964:3)

Finalmente, as comemorações do 9 de julho de 1964 foram estampadas pelas páginas do jornal como a

grande festa das “duas revoluções”, a de 32 e a de 64. O golpe de 1964 foi visto como o desfecho dos esforços iniciados em 1932:

“[...] o Sr. Herbert Levy acentuou que **a maior homenagem que podemos prestar ao movimento de 32 é dizer que, afinal, em 1964 foi efetivado o coroamento desses esforços**, no momento em que os desvios do **caudilhismo** já não se apresentavam com contornos mais ou menos tênues, mas com intenções indisfarçáveis de colocá-los sob um **regime ditatorial**” [grifos meus] (*Notícias Populares*, 10 jul.1964:4).

Considerações Finais

No início dos anos de 1960, um setor da elite liberal paulista, representado por Herbert Levy, mobilizou uma leitura sobre o movimento de 32, centrada na ideia da defesa da democracia e da excepcionalidade paulista, que foi utilizada para dar combate ao governo de João Goulart e às esquerdas e, assim, legitimar um possível golpe de estado que viesse a restabelecer a ordem democrática e social supostamente ameaça por aqueles atores. Mas, para que esse projeto obtivesse sucesso, era necessário conquistar setores mais amplos da sociedade, entre eles as classes populares. Nesse sentido, o jornal *Notícias Populares* tornou-se instrumento estratégico dos grupos liberais, pois, por meio dele, esses grupos buscavam socializar a cultura política de uma elite liberal entre as classes populares, o que incluía a difusão de uma leitura sobre 32.

A memória liberal sobre os episódios de 1932, difundida por meio de *Notícias Populares*, como toda memória, foi seletiva e imersa nas lutas do presente. Buscando o apoio dos setores populares, os grupos liberais difundiram a imagem de um 32 marcado pela luta de todas as classes sociais paulistas que, por sua tradição de defesa das liberdades contra a opressão estatal, colocava-se como baluarte da democracia brasileira. Na conjuntura do governo Goulart, esse 32 deveria ser revivido, pois, novamente, argumentavam, o país corria o perigo da implantação de uma ditadura, só que, dessa vez, pelo herdeiro de Getúlio Vargas. Assim, os grupos liberais, como diz Reis, “ao contrário do que ocorrera em agosto de 1961, apareciam, agora, em posições defensivas, de defesa da legalidade e da democracia, justificando o golpe como último recurso para salvar a democracia” (REIS, 2004:39).

Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX & SIRINELLI (orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: ESTAMPA, 1998
- CAMPOS JR, Celso de et al. *Nada Mais que a verdade. A extraordinária história do jornal Notícias Populares*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: A causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CESTARI, Larissa Rael. *A conquista do povo. Notícias Populares e a oposição ao governo João Goulart*. Dissertação, Rio de Janeiro, CPDOC\FGV, 2013
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987
- FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol.24, n.47, jan – jun, 2004, p.181-212.
- FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.
- LEVY, Herbert. *Viver é lutar*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MOTA, André; SANTOS, Marco Cabral. *São Paulo 1932: Memória, Mito e Identidade*. São Paulo, Alameda, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- PRADO, Maria Ligia C. *A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático Brasileiro de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004
- SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.